

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea é resultado do *II Seminário habitação na Amazônia/Seminário nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*, realizado em formato remoto nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2021. O evento teve por objetivo a socialização de estudos e pesquisas realizadas em nível regional e nacional sobre a questão urbana e habitacional; a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores, profissionais que trabalham no âmbito das políticas urbanas e habitacionais (particularmente os assistentes sociais, geógrafos e arquitetos e urbanistas), técnicos governamentais, movimentos sociais e estudantes de graduação e pós-graduação, como subsídio para o trabalho profissional e para as lutas pelo direito à moradia e à cidade.

O seminário foi organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFGA, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais/Nemos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP e com o Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (CRESS-PA).

Participaram da Mesa de Conferência de Abertura “Crise, Pandemia e Desigualdades: impactos na questão urbana e habitacional” a Profª. Dra. Ermínia Maricato (USP) e o Prof. Dr. Edmilson Brito Rodrigues – Prefeito de Belém-Pará. As mesas de apresentação do evento foram constituídas da seguinte forma: Mesa “Pesquisa e produção do conhecimento: Serviço Social e questão agrária, urbana e ambiental”, Profª. Dra. Raquel Santos Sant’ana (Unesp/Franca) e Profª. Dra. Suenya Santos da Cruz (UFF); Mesa “A luta pela terra e moradia: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social”, Profª. Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso (UERJ), Profª. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá (Docente aposentada UFGA) e Ms. Jane Cabral – Liderança MST; Mesa “Serviço Social e questão habitacional: requisições e respostas profissionais em tempos de desconstrução de direitos”, Profª. Dra. Joana Valente Santana (UFGA) e Profª. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP); Mesa “Experiências de Fóruns do Trabalho profissional do/a Assistente Social na política urbana e habitacional: fortalecendo o trabalho social na habitação”, Profª. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz (PUC/SP) e Leonardo Costa Miranda – mestrando em Serviço Social no PPGSS/UFGA.

O evento contou, ainda, com a participação das professoras Katia Vallina (UFAM); Gleny Guimarães (PUC-RS) e Tania Diniz (UNIFESP) na coordenação ampliada. E contou com a colaboração de 26 pareceristas dos trabalhos enviados ao evento, que são docentes de várias universidades brasileiras.

O Seminário foi financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da Universidade Federal do Pará (EDITAL 01/2021 – PROPEP PROGRAMA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS – PAEV), o qual foi importante para a contratação da empresa Even3, a qual permitiu a divulgação da página do evento, contando com a inscrição de 644 participantes (assistentes sociais, docentes, discentes de graduação e pós, profissionais de outras áreas, representantes de movimentos sociais ou ONGS, gestores de políticas públicas), sendo 427 inscritos do Estado do Pará e 217 de outros estados brasileiros. Com exceção dos estados do Acre e Piauí, o evento contou com

participantes inscritos de todos os estados do Brasil. Além disso, os trabalhos aprovados nas modalidades comunicação científica e relatos de experiência são provenientes do Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A abrangência é importante pela possibilidade de efetivar as trocas de conhecimentos e estratégias de intervenção profissional e lutas pelo direito à cidade.

Para a transmissão do evento, foi da maior importância a colaboração da Rede BrCidades, que permitiu a transmissão do evento pelo canal do Youtube. Também o Seminário foi transmitido pela página do Facebook do CRESS 1ª Região.

Ressalte-se que foram feitas chamadas de trabalhos nas modalidades Comunicação Científica e Relato de Experiência, nos eixos: a) Serviço Social e política urbana e habitacional; b) Cidade e Habitação no Brasil e na Amazônia; c) Lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade; d) Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social. No eixo 1 “Serviço Social e política urbana e habitacional” foram apresentados trabalhos relativos à intervenção profissional do assistente social em equipes de Trabalho Social em programas habitacionais em municípios paraenses, municípios do estado de São Paulo (São Paulo, Bauru), Vitória/ ES, Manaus/AM; Vargem Alegre e Macaé/ RJ; formação profissional em Serviço Social na área urbana; discussão do território; questão racial e cidade; gênero e cidade. No eixo 2 “Cidade e Habitação no Brasil e na Amazônia” foram apresentados trabalhos sobre déficit e inadequações habitacionais e programas habitacionais em municípios do estado do Pará. No eixo 3 “Lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade”, as discussões giraram em torno das lutas pelo acesso à moradia em municípios do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, com enfoque na luta de mulheres, negros, cozinha solidária e resistência, regularização fundiária, organização coletiva, extensão universitária, assessoria técnica e educação popular. No eixo 4 “Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social”, os trabalhos trataram sobre concentração fundiária, regularização fundiária urbana de interesse social; produção de conhecimento e resistência; povos tradicionais e projetos de infraestrutura; impactos socioambientais; gestão consorciada de resíduos sólidos urbanos; mobilidade urbana e transporte no Brasil; comunidades ribeirinhas.

A questão da habitação, que é bastante complexa por ser uma expressão da questão social, assume, na conjuntura de agravamento da crise econômica do capital e da crise sanitária global decorrentes da pandemia do novo coronavírus, uma maior complexidade: trabalhadores/as desempregados/as ou com baixíssimos salários têm dificuldades de pagamento dos aluguéis; a restrição do auxílio emergencial, comprometendo a qualidade de vida da classe trabalhadora, especialmente quanto à alimentação e remédios, esse último com demanda intensificada pela contaminação do vírus; os programas federais de habitação foram redimensionados com prejuízo de oferta de habitação para as faixas salariais mais baixas.

No contexto do agravamento das condições de vida e de trabalho em áreas urbanas e rurais ocorreram diversas formas de resistência e solidariedade nos territórios populares com organizações dos próprios moradores para compra de alimentos, remédios e materiais de limpeza para evitar a contaminação pelo coronavírus. Os movimentos sociais de moradia se destacaram na organização política em favor dos/as trabalhadores/as desalojados, bem como na doação de alimentos, kits de higiene, máscaras para evitar a contaminação pelo vírus.

Embora a habitação seja um direito, para a maioria dos/as brasileiros/as, morar é um ato de resistência histórica e cotidiana. Na cidade capitalista não tem lugar para os pobres que produzem sua moradia nos lugares possíveis e, na maioria das vezes, em lugares inadequados. O GEP-CIHAB volta seus estudos e pesquisas para a questão urbana e habitacional, a política habitacional e o trabalho dos profissionais das equipes que, no cotidiano da execução da política, estão na luta pela defesa do direito à moradia, dentre eles, os e as assistentes sociais. Sendo um grupo que desenvolve as pesquisas na Região Norte, busca estudar as particularidades da moradia na Amazônia. Se no Brasil, os domicílios onde residem as pessoas de menor rendimento possuem inadequações por carência de infraestrutura, com ausência de esgotamento sanitário em 56,2% desses domicílios, na Região Norte esse mesmo indicador sobe para 79,3% de domicílios (IBGE, 2019). Somada aos estudos sobre a inadequação da moradia, as pesquisas buscam identificar as particularidades da moradia ribeirinha, das cidades distantes da capital, como é o caso das pequenas cidades que têm dimensões urbano-rurais pouco conhecidas do poder público.

Além da discussão da questão da habitação no Brasil e na Amazônia, o seminário, de abrangência nacional, buscou dar ênfase à questão da habitação e o Serviço Social, debatendo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas do trabalho profissional, sendo importante a apresentação de relatos de experiências dos profissionais responsáveis pela execução (e em alguns casos, pelo planejamento) da política habitacional, como um espaço de trocas entre a academia, a execução das políticas públicas e a organização política dos movimentos sociais pelo direito à cidade. No âmbito das políticas habitacionais, os/as profissionais, por sua condição de trabalhadores/as assalariados/as, movimentam-se entre as requisições do Estado de controle da vida social dos moradores atendidos em projetos habitacionais e as respostas profissionais, na maioria das vezes, muito limitadas pela própria configuração da política de habitação. Entretanto, o limite da política pode ser – e muitas das vezes é – tensionado, disputado por concepções e práticas teórico-metodológicas que se orientam à defesa dos direitos sociais e à emancipação humana. A perspectiva do direito à cidade tem orientado muitos profissionais em seu exercício profissional, dentre eles, os/as Assistentes Sociais.

Para o Serviço Social brasileiro – e áreas afins – a complexidade da questão da habitação, da política urbana e habitacional e as formas de resistência nos territórios populares são da maior importância, considerando tanto os estudos e as pesquisas realizados nos Programas de Pós-Graduação da área, vinculados aos Grupos de Estudos e Pesquisas, quanto a inserção profissional de assistentes sociais em equipes de Trabalho Social em projetos urbanos e habitacionais desenvolvidos, especialmente em prefeituras municipais.

Assim, esta coletânea ***Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*** pretende, a partir de uma perspectiva de totalidade, dar visibilidade à discussão dos fundamentos sócio-históricos da (complexa) questão da habitação na ordem burguesa e a particularidade que assume em diferentes regiões do país, o que exige a interpretação mediada da questão social às questões agrária, urbana, ambiental, racial, étnica e de gênero. Além disso, pretende abordar os fundamentos do trabalho profissional na área habitacional, o que exige a apreensão das respostas (contraditórias) do Estado capitalista à questão urbana e habitacional, através das políticas habitacionais e nesse particular, a apreensão do

Trabalho Social, que é um componente da política habitacional, em que os profissionais, dentre eles os/as assistentes sociais, desenvolvem seu trabalho profissional. É objetivo desta Coletânea dar também visibilidade aos movimentos sociais que, nos diferentes territórios no Brasil, produzem resistências (trabalhadores/as urbanos e rurais, mulheres, pretos/as, jovens, ribeirinhos/as, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+) pelo direito à terra e ao trabalho, à vida, resistências pelo direito à cidade.

**A coletânea é composta por nove capítulos resultantes das reflexões das conferências e palestras e por nove trabalhos apresentados no evento, os quais foram selecionados para publicação.**

O capítulo de autoria de Edmilson Brito Rodrigues, intitulado **“Crise, Pandemia e Desigualdades: impactos na questão urbana e habitacional”**, apresenta dados sobre a desigualdade no acesso aos serviços urbanos no Brasil e no estado do Pará, referente ao saneamento básico, moradia e saúde. O autor tece críticas ao desmonte dos direitos sociais e afirma que o conceito de “urbicídio”, discutido pela Organizações das Nações Unidas, que se refere à destruição de cidades, pode servir como metáfora para explicar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas ou, como afirma o autor: “Não seria “urbicídio” essa destruição do equilíbrio social, ecológico e da democracia do nosso território, e particularmente das cidades brasileiras, tendo em vista que as decisões são de caráter político, que elas cumprem interesses que vão para além dos interesses sociais, e praticamente significam o uso do estado brasileiro em função exclusivamente do enriquecimento de uns muito ricos às custas da destruição de direitos, inclusive direitos de moradia de milhões e milhões de brasileiros?”. O autor demonstra que a agenda urbana deve considerar a defesa de direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, da comunidade LGBTQIAP+ e destaca a importância da defesa das instâncias democráticas, da retomada de um Plano Nacional de Desenvolvimento e Gestão que seja baseado na participação popular, assim como defende a necessidade do financiamento para as políticas públicas voltadas aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

O capítulo **“Questão social e questão agrária: o debate realizado pelo Serviço Social a partir de seu projeto ético político”**, de Raquel Santos Sant’Ana, busca evidenciar os nexos entre a questão agrária e a questão social. A autora defende que as questões urbana, agrária e ambiental devem ser vistas e estudadas como componentes da questão social, devendo perpassar os três Núcleos de Fundamentação postas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional), não devendo ser trabalhadas apenas em disciplinas específicas (e em geral, eletivas). Demonstra que a lógica do capital de busca de lucro, atravessa as relações sociais desiguais no campo e na cidade e, a interpretação dessa lógica em uma perspectiva de totalidade, permite a apreensão da questão étnico-racial e de gênero, como particularidades da produção da desigualdade social no capitalismo. Conforme assinala a autora: “Nas diretrizes curriculares da ABEPSS, embora esteja prevista essa busca pela perspectiva de totalidade, nem sempre foi possível aos sujeitos do processo formativo adensar as análises de maneira que as relações de trabalho e exploração no capitalismo pudessem considerar outros elementos que compõem a classe trabalhadora e os diferentes territórios, os quais trazem particularidades diferenciadas daquelas centradas nas relações urbano/industriais.”

Suenya Santos, no capítulo intitulado **“Produção de conhecimentos em Serviço Social: contribuições a partir do acúmulo no GTP da ABEPSS sobre questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social”** analisa a produção de conhecimentos na área do Serviço Social acerca das temáticas relacionadas às questões agrária, urbana e ambiental e debatidas nos encontros da categoria profissional e sistematizadas pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Discute que um dos desafios postos ao Serviço Social tem sido a busca da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental em uma dimensão de totalidade. Afirma a autora: “Reivindica-se, portanto, uma abordagem metodológica inspirada no método marxiano, e afirmada nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social, que compreende as expressões da questão social nos territórios rurais, urbanos, ambientais em sua (bio)diversidade, ou seja, considerando sujeitos, biomas, fauna, flora e o conjunto de bens naturais, como uma totalidade dialética.”. A produção de conhecimento na área de Serviço Social tem avançado nos estudos que evidenciam a particularidade da questão social no Brasil, onde a concentração fundiária está imbricada à questão étnico-racial, patriarcal e ambiental. A autora avalia que há a necessidade de avançar no diálogo com o pensamento decolonial crítico produzido na América Latina, pois “os estudos sobre patriarcado, feminismos, povos originários e questões étnico-raciais têm colaborado para a compreensão de que a questão social se estrutura a partir de domínios e conflitos não apenas de classe, mas de gênero e divisão sexual do trabalho, de raça e etnia”.

O texto de Isabel Cristina da Costa Cardoso, **“Proposições para uma agenda de ação-reflexão do Serviço Social sobre a produção social do espaço: desafios e tarefas”**, pretende contribuir com a interpretação teórico-metodológica de perspectiva crítica e ação política quanto à identificação e compreensão das contradições acerca do espaço e da vida cotidiana. A partir do pensamento de Lefebvre, a autora afirma que é “necessário, assim, reconhecer nossos campos cegos e cegantes no interior dos debates da chamada ‘questão urbana’, profundamente fragmentados (e fragmentadores do real) pelos diferentes objetos e saberes disciplinares e científicos que invisibilizam, escanteiam, hierarquizam ou mesmo negam outros sujeitos, saberes, práticas, espaços e perspectivas analíticas e políticas de adentrar o debate, notadamente latino-americanos. Igualmente urgente é reconhecer e romper criticamente com parâmetros de pensamento sobre a formação histórica e espacial do Brasil que partem de hierarquias igualmente cegantes, como pensar a diversidade tempo-espacial do desenvolvimento dessa formação social e cultural concreta a partir da dinâmica intra e inter-regional do eixo Sul-Sudeste”. O texto aponta uma agenda propositiva do Serviço Social acerca da produção social do espaço e aponta a necessidade de os estudos darem visibilidade a outras centralidades históricas, espaciais e étnico-raciais, a exemplo da realidade amazônica, como forma de “deslocar criticamente a tendência hierarquizante de pensar o Brasil, as suas dinâmicas e seus processos históricos e espaciais de desenvolvimento, as relações sociais, os sujeitos sociais e políticos, suas determinações étnico-raciais, suas culturas, saberes e práticas populares e tradicionais, as expressões da questão social e da profissão a partir da escala regional Sul-Sudeste como epicentro do Brasil, com primazia dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo” e avalia como importante o “fortalecimento e a difusão de um projeto político-pedagógico antirracista para a formação do Serviço Social, fundado sobre a reflexão crítica

ao colonialismo, à colonialidade e à práxis reiterante do racismo de nossa formação histórica e espacial e que se reproduz nos espaços institucionais universitários em geral e da formação profissional do Serviço Social.”

O texto “**Relação campo/cidade e Serviço Social: um debate (ins)urgente**”, de Maria Elvira Rocha de Sá, Jane Andréia Cabral e Silva e Nádia Socorro Fialho Nascimento, busca analisar a relação campo/cidade e problematizar a dicotomia campo/cidade, urbano/rural, a partir de aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social. Demonstram que em uma perspectiva de totalidade, é possível interpretar os rebatimentos da lógica mercadológica do capital na produção da vida social tanto no campo, como na cidade, a exemplo das condições de moradia, cuja moradia adequada implica no acesso aos equipamentos de infraestrutura básica (saneamento, mobilidade, regularização fundiária). Nos dizeres das autoras: “Essas condições dizem respeito ao direito inalienável à vida plena e são impossíveis sob a lógica do capital, uma vez que nela a natureza e o trabalho humano são tornados mercadorias. Desconsiderar a relação entre esses dois elementos – natureza e trabalho humano –, inclusive colocando-os como polos opostos de uma mesma realidade, leva não só à manutenção da exploração capitalista, como também ao próprio risco de extinção da vida, sob todas as suas formas, no planeta Terra (...).”. O texto demonstra a validade da resistência na Amazônia, dos povos do campo, da cidade, da floresta e das águas em uma perspectiva revolucionária e insurgente dos povos que historicamente foram (e continuam a ser) saqueados, oprimidos e despossuídos.

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Thaís Helena Modesto Villar de Carvalho, no texto “**Política habitacional e Serviço Social: inquietações para o exercício profissional em uma direção antirracista**”, discutem o trabalho profissional de assistentes sociais no contexto das contradições que atravessam a política habitacional e urbana e do desmonte dos direitos sociais, em que se inclui a habitação, bem como os impactos desse contexto sobre a população negra, no que se refere ao acesso à moradia digna. Voltam suas análises ao trabalho profissional inserido na “diversidade cotidiana expressa nos espaços da cidade, mercantilizados e alicerçados nas relações de propriedade, construídas a partir das prioridades do capital e da burguesia que as gerenciam sob a lógica de políticas e programas sociais privatizados, cujas consequências são dramáticas para homens e mulheres, negros e negras, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e ciganos, que vivenciam racismos, sexismos, segregacionismos e xenofobismos, sob tensões e sofrimentos”. As autoras argumentam que no exercício profissional, particularmente na política habitacional, os/as assistentes sociais devem garantir uma intervenção profissional antirracista como forma de contribuir com a superação do racismo estrutural e permitir a reparação de danos históricos, sociais e econômicos causados à população negra. E, nesse sentido, contribuir com as articulações das lutas da população negra com as lutas gerais do conjunto dos/as trabalhadores/as e contra todas as formas de opressão. Defendem as autoras que, apesar dos avanços, há a necessidade de aprofundamento do debate da questão étnico-racial no Serviço Social em nível da formação e do exercício profissional para embasar a atuação profissional sob uma perspectiva antirracista.

No texto “**A experiência do Fórum de Trabalho Social em habitação de São Paulo**”, Rosângela Dias Oliveira da Paz e Núria Pardillos Vieira apresentam a trajetória do

Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, ressaltando a importância do Trabalho Social como componente da política e da atuação profissional na área urbana e habitacional. Destacam também a importância das articulações políticas e intervenções coletivas que reafirmem a direção social da intervenção profissional voltada à efetivação do direito à moradia e à cidade. As autoras apontam as principais proposições do fórum, os quais se vinculam às pautas da luta pela reforma urbana e afirmam que “o trabalho social em habitação de interesse social deve ser entendido como processo, e, como tal, possui elementos passíveis de mensuração (produtos especificamente desenvolvidos – atividades) e outros que apresentam particularidades de acordo com a realidade local e perfil do grupo de população, que nem sempre podem ser padronizados em normatizações”.

O texto “**Aproximação entre Universidade e profissionais de Serviço Social na área da habitação: estratégia de fortalecimento do Trabalho Social**”, de Joana Valente Santana e Leonardo Costa Miranda, apresenta as ações de aproximação do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará, com os/as profissionais de Serviço Social, no sentido de contribuir com a formação continuada desses profissionais. Os autores apresentam uma síntese dos relatos de experiência dos/das profissionais que participaram dos seminários desenvolvidos pelo grupo em 2019 e 2021 e demonstram que “Os/as assistentes sociais apontam a necessidade de construção de estratégias aos trabalhos executados nas políticas urbanas e habitacionais para resistir nos seus espaços sócio ocupacionais pois o trabalho profissional de assistentes sociais, em grande parte destes, inseridos em equipes de trabalho social, é atravessado por inúmeros interesses, geralmente, antagônicos, e que estão diretamente ligados à luta de classes constituintes da ordem burguesa. Algumas dessas estratégias citadas nos relatos de experiência pelos/as Assistentes Sociais são as seguintes: a) orientar suas intervenções com base em uma teoria crítica; b) dialogar com instituições de outras políticas sociais para alcançar as demandas das famílias; c) atendimentos humanizados às famílias, coletivos e individuais; d) assessoria aos movimentos sociais urbanos e entidades urbanas. [...] Os relatos de experiência são reveladores do lugar que o Trabalho Social ocupa no campo das disputas e resistências por melhores condições de trabalho e luta por direitos sociais, particularmente, mediante o estímulo à participação social dos moradores”.

O texto “**Trabalho Social na habitação: dilemas e desafios ao trabalho profissional**”, de Raquel Paiva Gomes, Joana Valente Santana e Joicy Helena da Costa Pantoja, apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa *Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais*, o qual busca evidenciar os principais avanços, entraves e desafios dos assistentes sociais, estes que são responsáveis, na maioria das vezes, pelo planejamento e execução dos projetos técnicos sociais inseridos nos programas federais na área habitacional. As autoras discutem a concepção de Trabalho Social produzida em nível nacional e internacional. Além disso, a partir de debates realizados pelos movimentos sociais e universidades, da literatura produzida sobre o Trabalho Social e da análise dos Projetos Técnicos Sociais desenvolvidos em cinco municípios brasileiros, o texto problematiza questões sobre os dilemas e os desafios postos aos profissionais que trabalham em equipes de Trabalho Social no Brasil. Sintetizam as autoras que: “[...] há um abismo entre o discurso e as pretensões do Trabalho Social e suas efetivas intervenções. [...] Enquanto mediadores entre o poder

público e os representantes da população usuária dos serviços, os trabalhadores sociais, pela sua condição de trabalhadores assalariados, cumprem objetivos que lhe são atribuídos socialmente, que ultrapassam sua vontade e intencionalidade [...]. Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, existem as concepções e práticas do Trabalho Social de natureza progressista que se voltam à defesa da democracia e dos direitos sociais e à ampliação do acesso aos serviços públicos à classe trabalhadora, ainda que os espaços públicos sejam limitados pela própria configuração da política social na ordem burguesa. Nesse sentido, os espaços contraditórios de intervenção profissional devem ser considerados espaços de disputa e orientados por princípios éticos e políticos que fomentem processos participativos nos territórios junto àqueles que sofrem todas as formas de exploração e opressão.”

Por fim, selecionamos um conjunto de trabalhos que foram apresentados no *II Seminário Habitação na Amazônia/Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*, que expressam a diversidade regional, a pluralidade dos eixos temáticos e, também, as modalidades de Comunicação Científica e Relato de Experiência.

Assim, a Coletânea representa a socialização da produção de conhecimento dessa iniciativa coletiva, em um momento de esperanças, lutas e defesa da democracia brasileira, após um longo período de resistências ao golpe de 2016, a quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022), a pandemia da covid-19. Que esta publicação contribua com estudos, pesquisas e intervenções na direção da efetivação do direito à cidade, à moradia, ao meio ambiente e a reconstrução da democracia brasileira.

Belém-Pará / São Paulo/SP, fevereiro de 2023.

Joana Valente Santana  
Rosangela Dias Oliveira da Paz  
Rovaine Ribeiro  
Anna Carolina Gomes Holanda  
Olga Myrlla Tabaranã Silva  
(Organizadoras)